



## **Cidades em álbuns comemorativos: história, memória e visualidade**

Eduardo Roberto Jordão Knack\*

**Resumo:** O presente trabalho busca discutir as relações existentes entre a escrita da história, a memória e a visualidade urbana em álbuns publicados em função de comemorações relativas a aniversários de cidades, especialmente cinquentenários e centenários. Entre as publicações analisadas estão: *Album comemorativo do cincoentenário da fundação de Ijuí: 1890-1940*; *Anuário de Cruz Alta*: em comemoração ao 128º aniversário da fundação da cidade, de 1949; *Passo Fundo centenário: guia turístico, literário e comercial*, de 1957, e o *Álbum oficial: cinquentenário de Erechim*, de 1968. O ponto de partida da análise é a reflexão sobre a própria definição desses álbuns no contexto em que foram publicados, questionando a sua função dentro das comemorações das quais fazem parte, as condições e os agentes envolvidos na sua produção e o seu espaço de circulação. Também é fundamental refletir sobre as possibilidades e limites dessas fontes para a pesquisa histórica, apontando os cuidados e possíveis caminhos para compreender os diferentes elementos que convergem para dentro do álbum, como a apresentação da história dos municípios, a construção/afirmação de uma memória política (e o esquecimento de determinados aspectos), o recurso das fotografias para a elaboração de narrativas visuais das cidades como elemento marcante desse tipo de publicação, delimitando as fronteiras entre aquilo que deveria ser visível e invisível nos aniversários municipais. Partindo desses apontamentos iniciais, objetiva-se problematizar a relação entre os principais elementos que compõem os álbuns (história, memória e visualidade) e a conjuntura histórica em que se desenrolam as respectivas comemorações.

**Palavras-chave:** história; memória; cultura visual

**Abstract:** This article discusses the relations between history's writing, memory and urban visuality at the photograph albums which were published in the commemorations of the cities anniversaries, especially at the fiftieth and the hundredth anniversaries. Among the publications analyzed are: *Album comemorativo do cincoentenário da fundação de Ijuí: 1890-1940*; *Anuário de Cruz Alta*: em comemoração ao 128º aniversário da fundação da cidade,

---

\* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: [eduardorjk@yahoo.com.br](mailto:eduardorjk@yahoo.com.br).



1949; Passo Fundo centenário: guia turístico, literário e comercial, 1957, and the *Álbum oficial: cinquentenário de Erechim*, 1968. The first discussion is about the definition of these albums in the context in which they were published, their function and conditions of these commemorations, as well as the agents that are related to their production and their space of circulation. It is also important to think about the possibilities and the limits of these documents in the history research, as well as the possible ways to understand the different elements that converge to this album, such as the historical presentation of the cities, the construction of the political memory – and the oblivion of some aspects – and the use of photography to make visual narratives of the cities. These visual narratives are responsible for what should or should not be seen at the anniversaries of the cities. This article intends therefore to think about the relation between the main elements from the albums (history, memory and visuality) and the historical juncture in which the commemorations took place.

**Keywords:** history; memory; visual culture

O presente artigo procura investigar o trabalho, as operações e classificações da memória e sua relação com a elaboração de imaginários e visualidades urbanas durante as comemorações de aniversários municipais a partir dos seguintes documentos: *Album comemorativo do cincoentenário da fundação de Ijuí: 1890-1940*; *Anuário de Cruz Alta: em comemoração ao 128º aniversário da fundação da cidade*, de 1949; *Passo Fundo centenário: guia turístico, literário e comercial*, de 1957; e o *Álbum oficial: cinquentenário de Erechim*, de 1968. Lofego (2004, p. 17-18), ao defender uma história que pense as comemorações em sua historicidade, sem excluir as relações políticas e econômicas da dimensão comemorativa, aponta que o problema a ser investigado por esse tipo de história seria “como o imaginário comemorativo desperta para a identificação do objeto a ser comemorado e traz à tona interesses e opiniões a partir de um mesmo referencial” dos diferentes grupos de uma sociedade. O objeto são as cidades e as comemorações tornam-se referência para a construção e legitimação de projetos, objetivos e visões de mundo.

Nesse caso, comemorações e cidades constituem faces de um mesmo objeto de estudo. Além de discutir os interesses envolvidos na legitimação de determinado imaginário, também é importante acrescentar como problemática as seleções do que deve ser considerado importante e digno de entrar no campo do memorável, bem como o que foi considerado como



a história desses municípios e os padrões de visualidade que constroem a imagem a ser lembrada dessas cidades.

O foco a ser perseguido é como explorar os álbuns comemorativos como fontes de pesquisa em história enquanto elementos que fazem parte do universo comemorativo e buscam legitimar interesses, projetos e a visão de mundo de determinados grupos que estão à frente das comemorações, geralmente associados ao poder político na conjuntura histórica de cada município. Nesse sentido, os conceitos de cidade e de memória são fundamentais, pois esses álbuns são produzidos em virtude das comemorações e têm como tema central as cidades que celebram seu aniversário. Monteiro (2012, p. 102) aponta que o conceito cidade é muito utilizado, mas pouco debatido, indicando que apenas a partir do século XIX as cidades “tornaram-se uma variável central para compreender a nova organização social e política da sociedade ocidental.” A urbanização conduziu a uma reconfiguração das sociedades, e a cidade passou a ser o cenário de uma nova conjuntura histórica.

As cidades não devem ser compreendidas como uma categoria universal, pois tiveram diferentes funções e significados durante a história. Weber (1967, p. 79) caracteriza as cidades ocidentais a partir da existência de um mercado e de associações políticas, porém deixa claro que “as cidades representam, quase sempre, tipos mistos e que, portanto, não podem ser classificadas em cada caso senão tendo-se em conta seus componentes predominantes.” Apesar de não existir uma correlação determinante entre urbanização e desenvolvimento econômico, o processo de industrialização afetou drasticamente as cidades do Ocidente. De acordo com Rolnik (2004, p. 73), “o que aconteceu com as cidades quando passaram a abrigar as grandes indústrias foi, sem dúvida, uma revolução que alterou decididamente o caráter e a natureza da aglomeração urbana.” Pensar na organização das cidades no Brasil a partir de 1940 implica refletir sobre as possíveis relações entre industrialização e urbanização, fenômenos associados a uma ideia de modernização da sociedade.

A proposição de Perez (1998) vai ao encontro do presente trabalho. Para a autora, é necessário entender a modernidade para compreender plenamente as cidades, especialmente no que tange ao século XX. Perez indica que, no Brasil, a modernidade foi associada à industrialização. Entendida como vetor de transformações sociais e da urbanização, seria tomada como “fator por excelência da homogeneização das diferenças.” (PEREZ, 1998, p. 18). É possível afirmar que as cidades representadas nos álbuns entre 1940-1968, embora situadas em diferentes momentos históricos do Brasil, têm como marca o crescimento urbano e/ou o desenvolvimento industrial. A proposta do presente trabalho não se atém apenas a uma



análise econômica e política do fenômeno urbano, pois isso seria pensar as cidades “desprovidas de suas referências simbólicas”, sem levar em consideração o “universo das experiências culturais” (NETO, 2006, p. 144).

É dentro desta perspectiva que se objetiva situar o conceito e o estudo sobre as cidades. Tem-se como eixo principal da pesquisa a dimensão simbólica, que marca as experiências culturais, investigando como os álbuns comemorativos contribuíram para a construção e legitimação de imaginários que caracterizavam as cidades em diferentes períodos da história do Brasil. Para isso é preciso pensar em quem estava à frente da organização das comemorações e sua relação com a construção da imagem de cidade representada nesses álbuns. Baczko esclarece a função dos imaginários para uma sociedade:

El dispositivo imaginário asegura a un grupo social un esquema colectivo de interpretación de las experiencias individuales tan complejas como variadas, la codificación de expectativas y esperanzas así como la fusión, en el crisol de una memoria colectiva, de los recuerdos y de las representaciones del pasado cercano o lejano. (BACZKO, 1991, p. 30)

É importante notar a íntima relação que se estende entre imaginário e memória durante as comemorações de aniversários municipais. Carvalho (1990, p. 10) chama atenção para o poder que os imaginários têm para atingir as emoções dos indivíduos. Diz o autor que é “nele que as sociedades definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Os imaginários constituem elementos fundamentais das comemorações coletivas. Todos os elementos produzidos durante uma comemoração (materiais e imateriais) contribuem para legitimar determinada visão da sociedade, proporcionando experiências e sentimentos mútuos nos indivíduos que participam dos festejos, fornecendo suportes que servem para rememorar as atividades festivas, que, embora vivenciadas individualmente, ganham um corpo coletivo e situam os grupos na história.

Halbwachs chama atenção para a dimensão coletiva da memória, para a influência que os grupos aos quais pertencemos exercem sobre nossas lembranças. Sua proposição parte de uma posição extrema, onde o autor sugere que jamais estamos sozinhos e que “nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais têm sua origem em meios e circunstâncias sociais definidos” (HALBWACHS, 2006, p. 41). Imerso em seu tempo, percebia as estruturas, os quadros sociais que envolviam os indivíduos como determinantes na construção de sua memória. É fundamental não perceber as memórias, os imaginários e as identidades



coletivas como dados prontos e acabados da realidade social, mas em permanente construção, envolvidos em debates e confrontos entre grupos e indivíduos.

Backzo, ao afirmar que os imaginários estabelecem esquemas coletivos de interpretação de experiências individuais que estão relacionados a uma memória comum ou coletiva, aproxima-se das considerações de Pollak (1992, p. 206) sobre o enquadramento da memória que diferentes grupos realizam para a afirmação de seus objetivos, projetos e imagens: “o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento.” Esse trabalho busca a manutenção e a continuidade da existência daquilo que se quer lembrar, implicando uma seleção realizada por membros do grupo aptos a se dedicarem a esse trabalho, como historiadores, escritores, jornalistas, políticos, entre outros. Isso atesta o caráter seletivo da memória, bem como o papel e a existência de um núcleo de lembranças comuns (vividas ou não pelos indivíduos) que é suscetível ao imaginário, como demonstra Pollak (1992, p. 201) ao apontar os elementos constitutivos dessa memória comum:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

As comemorações, as datas, os acontecimentos selecionados como a história do município fazem parte da “vivência por tabela” que todos habitantes de uma cidade experimentam. Esse núcleo comum da memória contribui para estabelecer um imaginário que auxilia os sujeitos na sua interpretação do mundo. A memória individual ou coletiva, para Pollak (1992, p. 202), é constituída por três elementos centrais, que seriam “acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente”. Tais considerações auxiliam na interpretação dos álbuns comemorativos, pois eles são produzidos em virtude de um acontecimento, sua função é servir como um elemento que, ao celebrar o aniversário, também define o conteúdo da comemoração. Nesses álbuns estão presentes os principais personagens da história dos municípios, bem como a elite política e social do presente; também definem o “lugar” ao participar da construção de um imaginário de cidade.

Pollak (1992, p. 201) segue afirmando que é “possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação



com determinado passado.” As comemorações são um meio excepcional de projeção não apenas do passado, mas da própria organização de uma temporalidade histórica, onde é possível identificar a percepção do tempo que marca a seleção das datas (acontecimentos) centrais das cidades e sua relação/função no presente e futuro. Para Candau (2012, p. 84), o trabalho de conservar lembranças implica “memorizar um mundo previamente ordenado”, e as operações de recordar e esquecer estão relacionadas às “modalidades históricas, culturais, sociais” de cada conjuntura. Essas operações são atividades classificatórias, onde aquilo que é semelhante se separa do diferente, constituindo a identidade dos indivíduos e dos grupos. As projeções, os enquadramentos da memória auxiliam na formação/compreensão/interpretação daquilo que os indivíduos classificam como semelhante ao seu mundo.<sup>1</sup>

A elaboração de uma temporalidade histórica é fundamental para o trabalho de enquadramento da memória e para as operações de classificação de recordar e esquecer. “A primeira operação de ordenamento consiste em distinguir o presente do passado” (CANDAU, 2012, p.85); para essa distinção é necessário estabelecer as datas, os fatos pertencentes ao passado. Essa distinção, operada no presente, já é um trabalho de ordenamento, de classificação articulada com o trabalho de enquadramento da memória, selecionando o que deve ser rememorado e o que será esquecido. Essas atividades estão entranhadas na formação das identidades coletivas, como Candau (2012, p. 85) aponta:

São as diferentes temporalidades próprias às sociedades consideradas que vão ter um papel fundamental nos processos identitários. Estes vão ser forjados e instaurados a partir de memórias cuja natureza depende estreitamente das modalidades segundo as quais os membros de um grupo representam o tempo – falamos da multiplicidade de tempos sociais – e se acomodam num fluxo temporal irreversível.

É claro que a temporalidade, que pode ser identificada a partir das elaborações dos grupos que organizam comemorações oficiais, reconhecidas pelos poderes políticos e institucionais, não representam as únicas percepções/organizações do tempo em uma sociedade. As temporalidades são múltiplas, assim como as memórias dos diferentes grupos que compõem uma sociedade. Porém, nas comemorações municipais promovidas pelos poderes públicos, o trabalho de enquadramento e seleção das memórias está sempre presente e

---

<sup>1</sup> Catroga (2001, p. 40) mostra que a própria historiografia guarda semelhanças com as operações de memória, o que leva a pensar a própria constituição do discurso historiográfico como resultado de uma seleção daquilo que não deve ser esquecido por uma comunidade. As referências à história dos municípios nos álbuns também caracterizam-se como uma operação classificatória daquilo que é considerado importante e deve ser ou não tratado como histórico. A história da cidade nas páginas dos álbuns aproxima-se do memorável.



vinculado a determinada temporalidade. Os álbuns comemorativos vão ao encontro das “formas de domesticação e recortes temporais” descritas por Candau (2012, p. 90), que objetivam facilitar a orientação da memória, fornecendo aos indivíduos uma temporalidade comum para situarem suas experiências e participações na história da coletividade, especialmente os álbuns que marcam o encerramento/início de um período, como cinquentenários, centenários, etc.

[...] as representações temporais com ajuda de categorias arbitrárias, tais como o século ou o milênio, tendem a ativar os processos memoriais e identitários, sobretudo quando se aproxima o fim de um período ou se abre um novo. [...] Para os grupos e indivíduos, representam a ocasião de fazer balanços, projetos e vislumbrar novos horizontes, momento para se recapitular o passado para melhor afrontar um futuro que se apresenta sempre como incerto e, portanto, temido. (CANDAU, 2012, p. 91)

A partir da posição de Candau, é possível pensar na temporalidade como um elemento organizador da história, que oferece um sentido ao passado e ao futuro, bem como um norte para as rememorações coletivas e individuais. Os álbuns comemorativos estão submersos nessa dimensão temporal das sociedades. Hartog (1996, p. 129) define a expressão regimes de historicidade como “[...] uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento.” É a partir de um determinado regime de historicidade que a história de uma cidade é escrita, e essa escrita, em momentos de comemoração, é uma parte do trabalho de memória, das operações de esquecer e lembrar que configuram uma revisão dos projetos, dos objetivos e utopias que caracterizam o imaginário da cidade. O imaginário permite a interpretação/elaboração da experiência temporal, transformada em um regime de historicidade, ao passo que é reformulado pela história e memória selecionadas no presente. A análise dos álbuns comemorativos busca identificar a dimensão do trabalho de enquadramento da memória, a organização da história e a legitimação do imaginário de cidade relacionado a uma ordenação do mundo, que obedece a operações de seleção e classificação do que deve entrar no campo do memorável.

O *Álbum Comemorativo do Cincoentenário da Fundação de Ijuí 1890-1940*, com 172 páginas, inicia com uma saudação do prefeito ao povo ijuicense, Emilio Martins Bühler, onde destaca a capacidade dos povoadores que há cinquenta anos conseguiram vencer a “natureza bravia”, pois os homens vinham “preparados para vencer” com um “espírito fortemente disciplinado, um braço rijo e dinâmico e uma vontade inquebrantável de trabalhar, de



produzir, de enriquecer” (COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO, 1940, p. 3). Depois, nas páginas seguintes é prestada uma homenagem ao Presidente da República, Getúlio Vargas, ao Interventor Federal, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias, e ao Prefeito, Emilio Martins Büher, onde aparece um retrato de cada líder no centro da página, tendo seu nome e cargo como legenda nas fotografias.

Na página 11, abrindo o álbum após as homenagens ao poder político, segue a mensagem dos organizadores do álbum: “HOMENAGEM: a memória dos Pioneiros que há cinquenta anos desbravaram a mata virgem onde hoje se estende em sua opulência o município de Ijuí.” (COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO, 1940, p.11). As páginas 12 e 13 são dedicadas à homenagem da data de fundação e ao diretor da Colônia de Ijuí e primeiro Intendente do município, Augusto Pestana. Os organizadores do álbum iniciam sua homenagem à data fundadora se perguntando quem diria que, depois de meio século, “o quinto distrito de Cruz Alta seria transformado num município modelo, cheio de vida própria, cognominado hoje a *Suissa Gaúcha!*”. Também discorrem sobre a responsabilidade desse sucesso:

Para atingirmos a este grau de desenvolvimento não esmoreceu o braço forte do europeu que aqui veio comungar conosco da boa e da má sorte, colaborando sempre pelo engrandecimento deste torrão. Homens procedentes de todas as direções, habitantes de zonas diversas, mas animados do mesmo pensamento, do mesmo ideal! (COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO, 1940, p. 12)

O ideal buscado pelo europeu que chegou em Ijuí seria “colher o fruto de tantos anos de labuta” e engrandecer o Rio Grande do Sul. Na página 15, o álbum apresenta a história da cidade em um trecho intitulado *O Município de Ijuí Resumo Histórico*. O resumo histórico é organizado a partir das principais datas, começando por 19 de outubro de 1890, com a fundação da colônia, divisão das terras e demarcações dos lotes urbanos, a posse de Augusto Pestana na direção da colônia em 1898, a quem é atribuído “o impulso progressista de Ijuí”, entre outros eventos e personagens importantes. Acompanham o histórico do município, entre as páginas 15 e 27, 11 fotografias da cidade e 7 de personalidades. Embora o álbum de Ijuí não tenha um capítulo ou trecho destinado apenas a fotografias (o que definiria uma série, podendo revelar um regime de visualidade), as imagens do resumo histórico criam uma narrativa que desenha o crescimento urbano da cidade e caracterizam a iconosfera trazida pelo álbum, que é sem dúvida legitimado pelo poder público.





A iconosfera, de acordo com Meneses (2005, p. 35), “é o conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage”, o que caracteriza o aspecto visual de uma sociedade. Pensar na visualidade também implica pensar no visível, na seleção das imagens que vão configurar a identidade visual da cidade dentro do álbum, bem como aquilo que passa ao âmbito do invisível, não aparecendo nas comemorações. A narrativa visual de Ijuí começa com uma foto do presente (1940), mostrando três prédios: o Foro, a Prefeitura e o Clube Ijuí, partindo para o passado. Na página 16 aparecem duas fotografias da Praça da República, uma de 1908 e outra de 1912. Nessa página, o resumo histórico aponta o crescimento urbano iniciado com Augusto Pestana. É possível pensar em relações entre os textos e as fotografias, porém elas não constituem uma relação direta com a descrição histórica, formam uma sequência própria.

Na página 17, a sequência de imagens mostra uma vista de Ijuí de 1912, na página 19, um trecho da Rua Comércio em 1915. Na página 20, aparece uma foto da usina hidrelétrica do Potiribú, porém, nesse caso, a fotografia está associada ao texto, que se refere à fundação da usina. Mas na página 21 o álbum traz uma foto da inauguração da via férrea em 1912, sem relação com o texto. As outras fotos são de uma serraria, em 1910, também na Rua do Comércio, e uma da primeira refinaria da banha, de 1915. As fotografias procuram mostrar o desenvolvimento da cidade a partir de seus principais espaços, como as praças, mas também o desenvolvimento econômico, com a viação férrea, a usina, a serraria e uma refinaria de banha. As fotos das personalidades mostram aqueles indivíduos que tiveram um papel ativo na história de Ijuí. Na página 56, aparecem três fotos da cidade em 1940, uma vista geral e duas da Rua do Comércio, delimitando a iconosfera do município.

Como nos outros álbuns comemorativos, o de Ijuí também traz dados sobre a cidade, contendo informações sobre a instrução pública, meios de comunicação, serviço rodoviário, detalhes da produção econômica, apontando a produção suína com grande destaque. O álbum também traz entrevistas com personagens que viveram no município desde sua fundação: na página 118, apresenta um antigo escravo, “Cong-Velho”, considerado “o tipo popular mais em evidencia na cidade do trabalho.” Porém, a entrevista o apresenta quase como um personagem folclórico e que não sofreu com a escravidão. O álbum delimita os grupos sociais que participaram da construção da cidade, não guardando espaço para aqueles que não condizem com o imaginário da “colméia de trabalhadores.”

O *Anuário de Cruz Alta* possui uma dimensão de 23 por 16 cm, o tamanho de um pequeno livro, com 100 páginas. Na primeira página, com o título *Aos leitores do Anuário de*



*Cruz Alta*, os organizadores Eurydes Castro Junior e Flavio Castro apresentam os objetivos da publicação, como difundir “no Rio Grande do Sul tudo quanto possui a gloriosa Rainha da Serra”. Logo após a apresentação, o anuário é iniciado com um trecho intitulado *Cruz Alta Resumo histórico de sua fundação*, páginas 3-10. A história da cidade inicia com as missões jesuítas, mas os tropeiros são indicados como os fundadores do povoado ainda no século XVIII, apesar de não resistirem “aos constantes ataques dos índios coroados que habitavam as matas a oeste da povoação” (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p.7), voltando em 1810 e ocupando efetivamente a região:

Somente o documento de concessão do terreno em que assenta a nossa cidade é que data de 18 de Agosto de 1821, data que se convencionou considerar como a da fundação da cidade. Assim com este modesto e despretencioso estudo da história da nossa terra natal, rendemos um preito de saudade e reverencia á memória dos tropeiros audazes que primeiro se apossaram destas terras, nos legando, êste importante município gaúcho em que se ostenta garbosa e altaneira a nossa querida Rainha da Serra. (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p. 7).

A expressão *Rainha da Serra* aparece no anuário não apenas como um elogio, mas como a afirmação da importância da cidade para região norte do estado. O anuário ainda estabelece a data de fundação em 1821 e aponta os “audazes” tropeiros como os fundadores da cidade.<sup>2</sup> A referência aos tropeiros dá sentido a uma narrativa que tem a história militar como principal tema do anuário. Em diferentes momentos do anuário, a temática militar aparece com grande destaque. Entre as páginas 21 a 24 são mencionados a Guarnição Federal de Cruz Alta, com uma foto do quartel general da “Artilharia Divisionária da 6.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria da 3.<sup>a</sup> Região Militar e de uma Guarnição composta do 6º RAM/75 e do 17.º RI, ambos regimentos instalados em quartéis próprios” (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p. 21). Nas páginas seguintes aparecem as fotos do Pavilhão principal do 6º RAM75 e do Pavilhão principal do 17º R.I. Além das funções de cada regimento, o anuário comenta sobre o Hospital Militar e o papel que a Guarnição Federal local desempenha para a economia do município. A justificativa para as instalações do exército em Cruz Alta é “sua privilegiada situação geográfica”, sendo “um ponto estratégico por excelência do Rio Grande, motivo pelo qual está doada de uma poderosa força do glorioso Exército Nacional” (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p. 21). As páginas 26 a 37 são destinadas aos *Vultos do passado*,

<sup>2</sup> Na página 6, no meio do resumo histórico de Cruz Alta, é feita uma homenagem a Josino dos Santos Lima, com sua foto e a seguinte legenda logo abaixo: “O saudoso e inesquecível historiador cruzaltense que é uma das fontes essenciais do resumo histórico feito por Eurydes Castro para este ‘Anuário’ sobre a história de nossa terra e a quem reverenciamos com todo coração” (CASTRO JR., CASTRO, 1949, p. 6).



apresentando sete militares, com seus respectivos retratos<sup>3</sup>. O aspecto militar da formação do estado é apresentado como parte da natureza do seu povo:

O povo do Rio Grande nasceu condenado ao exercício das armas e ao tributo do sangue. Entre nós, o caudilho não é um capricho das vontades prepotentes, ou das fortunas em demasia. Bom ou mau, o caudilho nos surgiu como uma necessidade social, judiciária e militar, na mais natural afirmação da nossa capacidade de existir sobre uma terra espontaneamente aberta para as raízes da energia nativa, na esperança de dez mil anos de civilização original e auto-suficiente. (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p. 28)

A figura do caudilho é defendida como exemplo da vocação natural do estado para o “exercício das armas”, entendido como necessário para manter a ordem social, assumindo funções judiciárias e militares. A história militar do município e do estado constituem principal característica do anuário. Também são feitas menções à administração municipal, ao prefeito, Cel. Aristides de Moraes Gomes (com um retrato que ocupa toda página 15). Nas páginas 16 e 17, sob o título *Prefeitura Municipal de Cruz Alta*, é descrita a biografia do prefeito, mostrando sua trajetória e os principais cargos ocupados desde 1926, até ser eleito prefeito pelo PSD em 1947. Como principais feitos do prefeito são apontadas melhorias urbanas, como calçamento de ruas, embelezamento de praças e aquisição de um terreno para a construção do prédio dos correios, porém, não é exibida nenhuma foto dessas transformações.

Também é dado destaque às *Associações de classe*, como à Associação Comercial de Cruz Alta e à Associação Rural de Cruz Alta entre as páginas 50 e 54. Um trecho é destinado às *Sociedades recreativas*, contendo uma descrição do histórico, das atividades e dos membros do Clube do Comércio, Clube Internacional Recreativo, Clube Caixeiral e o Clube Cruz Altense. Merece destaque o Aero Clube de Cruz Alta por ter sido reconstruído depois de ter sido derrubado por um vendaval em 1947. Os clubes de futebol também são mencionados, além das escolas e dos templos religiosos. Na página 71, aparece uma das poucas fotografias do município, uma “Vista área da Praça General Firmino”, juntamente com a fotografia da página 76, da “Praça da Independência (Matriz).” Na página 87, encerrado o anuário (depois aparecem apenas alguns anúncios comerciais e os horários do trem e de ônibus), é prestada uma homenagem a Érico Verissimo, com sua fotografia sob o título de *Cruzaltense ilustre*.

Dessa forma, o anuário de Cruz Alta apresenta sua visão sobre a cidade, a *Rainha da Serra*, com sua origem vinculada à atividade tropeira, à ação dos caudilhos e aos espaços

<sup>3</sup> Os militares são Gal. Firmino de Paula e Silva, Gal. Felipe Nery Portinho, Diniz Dias Barão de São Jacob, Brigadeiro João Batista Vidal Almeida Pilar, Brigadeiro Antonio de Mello Albuquerque, Tte. Pedro Nolasco Pereira e Cap. João Bessa da Silveira Bello.



marcantes da sociedade e da economia em 1949, como as Associações de Classes e os Clubes Sociais. É marcante o trecho intitulado *A alma das ruas*, que faz uma menção aos sujeitos que estão à margem da sociedade, que não conquistaram grandes realizações: “As cidades são como as pessoas: encantam, decepcionam, enlevam e conduzem o homem ao mais alto grau de espiritualidade ou fazem-no descer a mais baixa esfera do pensamento e da realização” (CASTRO JR; CASTRO, 1949, p.11). São apresentados os “tipos populares”, como a “preta velha Tia Bonifácia”, “Geralda”, “Tia Cristina”, “Bom de Farra”, “João Gambá” e o mais recente, “João Mandioca”, todos personagens que sofriam com algum tipo de problema, afundados na miséria, no alcoolismo ou na loucura, e que jamais alcançariam a realização social. A presença desses sujeitos mostra uma clara distinção entre aqueles que participam da vida social, econômica e política do município, e aqueles que, não conseguindo se adequar à sociedade, jamais encontrariam a felicidade na cidade.

O *Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial* de 1957 inicia trazendo uma descrição do brasão municipal na contracapa, elaborado em função das comemorações do centenário<sup>4</sup>. O brasão já apresenta uma certa experiência com o tempo, onde os aspectos da história, do passado, são evocados em função de uma visão de futuro: a industrialização do município. O progresso, entendido como modernização urbana e industrialização, é um elemento fundamental do imaginário que permeia toda a comemoração em 1957 – Passo Fundo enquanto cidade central da região, a capital do planalto. “Lá por fora esta cidade é conhecida como “Capital do Planalto”. Aqui por dentro também, mas, talvez por modéstia, os passo-fundenses referem muito pouco essa honraria onomástica” (OLIVEIRA, 1957, p.15).

O *Guia Turístico* de Passo Fundo inicia com um capítulo intitulado *Sobre o município*, que narra a história da cidade. Iniciando com o *Tempo Antigo*, onde são mencionados os primeiros habitantes: “No tempo do felídeo chamado onça, era selva só. Depois apareceram outras criaturas astuciosas, valentes e igualmente selvagens – os bugres” (OLIVEIRA, 1957, p.9). Os índios são apresentados como mais um obstáculo, mais um elemento da natureza a ser dominado. A história da cidade começa, de acordo com o guia, primeiro com os

---

<sup>4</sup> “Escudo português, quadripartido, em secções, verde, amarelo, azul e laranja. Em chefe, campo subdividido em dois retângulos, verde e amarelo, representando o desenvolvimento econômico do passado (pinho), do presente (trigo), e atravessado por banda de gole azul, centrada pelo nome do Município em letras Brancas. Em campo de sinople, em laranja e azul, desenvolvimento econômico do presente e futuro (indústria) repousante no potencial hidrelétrico. Ao pé do escudo, banda de gole (vermelho), com letras brancas, do trinômio sobre o qual repousa: TRABALHO FRATERNIADE PROGRESSO” (OLIVEIRA, 1957).



bandeirantes e tropeiros, depois com os jesuítas, mas o início do povoado é creditado ao cabo Manoel José das Neves, tropeiro paulista, na década de 1820<sup>5</sup>.

Na página 19, é prestada uma homenagem ao poder executivo, legislativo e judiciário. Na página seguinte, é apresentado um ofício enviado pelo prefeito, Wolmar Salton, do PTB, ao governo do Estado, pedindo soluções para alguns problemas que constituíam entrave para o desenvolvimento industrial. Como os outros álbuns, o guia de Passo Fundo apresenta uma série de variadas informações sobre o município, como situação econômica, instrução pública, templos religiosos, imprensa, informações turísticas, clubes e associações profissionais. Destaca-se a menção ao trigo como válvula do progresso municipal, estimulando a indústria e a urbanização. Na página 35, abaixo do título *Agricultura*, aparece uma fotografia de um trator em meio a uma plantação de trigo, com a legenda “Preparando a terra mecanicamente”, acompanhada de um artigo, destacando a importância da agricultura para a cidade e região.

Uma diferença do guia de Passo Fundo em relação aos outros álbuns analisados é que ele possui um trecho intitulado *O Município Ilustrado*, contendo uma série de fotografias da cidade. No transcorrer do guia aparecem outras fotografias, porém o estabelecimento de uma série, como já afirmado, possibilita pensar no estabelecimento de um regime de visualidade urbana no centenário. Obviamente, as fotografias passaram por diferentes seleções, desde as opções do fotógrafo, até a seleção dos editores da publicação. Porém, sua presença no guia, destinado a ser a publicação oficial das comemorações dos cem anos do município, torna os espaços retratados a própria imagem da *capital do planalto*.

*O Município Ilustrado* é uma série de 19 fotografias que retratam o espaço urbano de Passo Fundo. O imaginário da cidade como um líder da região, baseado no progresso econômico, influencia a seleção das imagens. Apesar de constituírem apenas um trecho do guia, as fotografias se apresentam como elemento central, legitimando uma visão da cidade e do progresso próprio das elites políticas e econômicas do município. Lima e Carvalho (1997) propõem uma análise de fotografias em álbuns fotográficos a partir de duas categorias: os descritores icônicos, que se referem ao conteúdo das fotografias, a sua tipologia, e os descritores formais, que tratam da técnica das fotos. O principal espaço fotografado é a praça Marechal Floriano e as ruas no seu entorno, onde funciona o centro comercial. Os descritores

---

<sup>5</sup> Na página 11 o guia presta uma homenagem ao historiador da cidade, que serve de referência para elaboração do histórico do município na publicação: “Estamos certos de não cometer despautérios ao laborarmos o seguinte silogismo: Heródoto está para a História Antiga assim como Francisco Antonino Xavier e Oliveira está para a História Passofundense. O trabalho desse homem ilustre e sua dedicação a esse mister são admiráveis.” (OLIVEIRA, 1957, p. 11).



formais das fotos revelam a busca de um ordenamento urbano, mostrando os prédios, a verticalização em uma cidade que, apesar do intenso crescimento populacional, conseguia manter a urbanização sob controle. Além das ruas da cidade, também são fotografadas duas barragens das hidrelétricas e o pavilhão onde ocorreria a exposição industrial em homenagem ao centenário.

O *Álbum Oficial: cinquentenário de Erechim*, de 1968, possui 168 páginas, porém com um formato peculiar. Ao contrário dos outros álbuns, que possuem dimensões de revistas ilustradas (o de Cruz Alta, de um pequeno caderno), o álbum de Erechim apresenta uma dimensão menor e retangular, de 23 por 15,5 centímetros. A realização da obra deve-se ao interesse do poder público municipal, na figura do prefeito Eduardo Pinto, que encomendou o álbum na editora Metropole, em Porto Alegre. É interessante notar que a produção das fotografias ficou ao encargo de um estúdio local, de propriedade de Odirio Zardo, empresa fundada em 1954<sup>6</sup>.

O álbum de Erechim também apresenta a cidade como capital da região. Parece haver certa disputa entre Cruz Alta, Passo Fundo e Erechim pelo título de centro da região norte. O *Álbum oficial* de Erechim também busca legitimar esse imaginário de cidade a partir do progresso e da modernização urbana. A história tem a função de justificar o crescimento do município no presente e alimentar as visões de um futuro próspero. Da mesma forma que o guia de Passo Fundo, o álbum de Erechim começa apresentando uma descrição do Brasão Municipal, instituído em 1959. Os brasões aparecem como uma espécie de síntese dos imaginários das cidades, relacionando o passado ao presente e lançando um olhar sobre o amanhã<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> O editorial do álbum contém uma apresentação homenageando o povo da cidade: “Mescla de raça colonizadora, constitui esse fator a criação de um clima de trabalho seguro e profícuo e a criação de uma nova raça forte e altaneira, altruisticamente voltada para o futuro. Terra de homens que fazem do trabalho uma profissão de fé... onde não se conhece crises, porque o trabalho as supera, respondendo-se com maior produção e amor àquilo que constitui mola-mestra do desenvolvimento: o labor honrado e construtivo. Terra onde ninguém reclama de nada e o forasteiro é sempre bem recebido, com um sorriso aos lábios e um gesto de urbanidade” (COSTA, 1968, p. 4).

<sup>7</sup> Segue a descrição do Brasão de Erechim de acordo com o álbum: “O escudo chamado “português” lembra nossa tradição lusa, a descoberta e a colonização do Brasil. É cortado, dividido ao meio por traços oblíquos verdes que significam um “campo pequeno” ou “erê-chim”, o topônimo. [...] O campo superior é de esmalte (vermelho) e representa o valor e o espírito decisivo dos primeiros moradores de Erechim. O campo inferior é de metal (ouro); lembra a riqueza que os pioneiros, com seu trabalho e a sua tenacidade arrancaram da terra fértil de Erechim. Sobre a linha oblíqua do campo pequeno assentam as bases de um “castelinho”; vê-se logo que é uma reprodução estilizada do velho edifício da Comissão de Terras, o mais antigo prédio público da cidade e que ainda existe na Praça Bandeira. A sua presença no escudo representa os inestimáveis serviços que prestaram ao nosso município os engenheiros e agrimensores do Estado que aqui vieram delimitar as terras e efetuar os traçados da cidade e das vilas circunvizinhas. [...] Uma enxada e um machado (em vermelho) com os cabos em cruz de Santo André, lembram os desbravadores que, com tais instrumentos derrubaram florestas e cultivaram a



As menções ao passado no Brasão de Erechim justificam a riqueza do presente possibilitada pelo trabalho e empenho dos primeiros colonizadores. A delimitação das terras e o desbravamento das florestas também são uma referência aos colonizadores e à urbanização que veio com a fundação da cidade. A história presente no brasão busca estabelecer uma ordenação do passado que vai ao encontro da faixa que completa a composição simbólica: “Erechim, paz e prosperidade.” Nem mesmo nas páginas que se referem à história municipal aparece menção à derrubada das matas como parte de um processo de exploração da região, iniciada com madeiras que, além de limpar a região, preparando o terreno para a agroindústria, também afastaram comunidades indígenas e caboclos que ainda dependiam de uma agricultura de subsistência. As páginas 16 e 26 são destinadas a apresentar a história do município, intitulado *Roteiro Histórico*, que, como já destacado, tem a função de legitimar o imaginário da cidade como centro regional:

Cincoenta anos de pujança, progresso e desenvolvimento caracteriza a vida da colônia PAIOL GRANDE, nome como era denominada a área de terra a ser colonizada, lá pelos idos de 1914, hoje o esplendoroso município de ERECHIM. Encastreado no centro da Região Alto Uruguai, é, sem erro chamado de **Capital da Região**. (COSTA, 1968, p. 16)

Dessa forma inicia a breve descrição histórica do município. Na página 16, consta a única menção à origem indígena do nome da cidade, “Herê-chim, que em Tupi-Guarani quer dizer ‘campo-pequeno’; é produto do esforço de uma plêiade de homens valorosos, que puderam provar que, quando se os olhos voltados para o progresso e a grandeza da pátria, nada é impossível fazer-se” (COSTA, 1968, p. 16). A menção aos indígenas logo é ofuscada pela ideia de progresso que, de acordo com o álbum, foi trazida pelos homens valorosos. É o esforço do colonizador, e não do nativo, que deu origem à cidade. O roteiro segue destacando as datas fundamentais, como o início da colonização em 1910, bem como a mudança do nome de Paiol Grande para Erechim, a construção de avenidas e praças em 1914 (Avenida José Bonifácio, Brasil e a Praça Júlio de Castilhos), a instalação do município em 1918, bem como a emancipação de distritos que se tornaram as cidades de Getúlio Vargas (1934) e Marcelino Ramos (1945). As emancipações são justificadas pelo “progresso e as tendências emancipacionistas” da região.

---

terra. O “monte” ou montanha que assenta sobre a base do escudo, representa a nossa situação topográfica, terreno acidentado em plena serra” (COSTA, 1968, p. 2).



Mesmo com a perda dos distritos, foi considerado importante frisar que Erechim permaneceu como um grande e próspero município.<sup>8</sup> Sobre as emancipações, o álbum ainda declara que “Erechim não diminuirá sem dúvida sua área” e que o Rio Grande do Sul “mereceu sempre nossas restrições pela sua falta de sentido jurídico sob a finalidade de apenas criar municípios inexpressivos que só oneram os cofres do estado” (COSTA, 1968, p. 20). Segue-se afirmando que Erechim continuará sendo um grande município, se não mais por sua vasta extensão territorial, pelo papel de centro que passa a ocupar. O trecho intitulado *Meio Século de Progresso*, nas páginas 27-29, é um exemplo do principal objetivo do álbum: mostra o progresso da cidade a partir das obras de modernização urbana. Nesse trecho aparecem os dados sobre arrecadação de impostos, as comunicações, energia elétrica e meios de transporte disponíveis no município. A partir da página 64, sob o título *As metas do governo*, começam a ser descritas as principais transformações a serem realizadas pela prefeitura, acompanhadas de fotografias do prefeito, do secretário de obras e do jornalista editor do álbum visitando as construções<sup>9</sup>.

Nas páginas 70-71, seguem sendo apresentadas as obras de modernização no trecho intitulado *Empreiteiros capazes mudam a fisionomia das ruas calçando-as em ritmo acelerado*, também acompanhado de fotografias do prefeito, secretário e do repórter visitando locais em construção. “Nestes últimos anos Erechim tem conhecido um surto de progresso no que se relaciona com o setor de obras públicas, mais precisamente no tocante ao calçamento das ruas da cidade.” Fazendo uma apologia à administração do prefeito Eduardo Pinto, o álbum afirma que a “cidade está recebendo, por assim dizer, nova roupagem para comemorar seu Cinquentenário”, sem deixar de elogiar o esforço dos empreiteiros locais (COSTA, 1968, p. 70). Entre as páginas 72 e 73, com grande destaque, é mostrada a obra considerada principal, a construção do viaduto da Av. Mauricio Cardoso, entendida como uma “obra gigantesca” que “modificará a fisionomia urbana”. Sobre as fotografias e as transformações urbanas, o álbum deixa claro sua função: “as fotos que ilustram êste artigo por si só falam da

---

<sup>8</sup> “Desmembrado, com menor área e população, Erechim não deixou de ser na configuração metropolitana do Alto Uruguai uma grande cidade de 35.000 habitantes num pequeno município de 55.000 habitantes, mantendo o ritmo de prosperidade agrícola, industrial, cultural e comercial, condizente com a sua situação de cidade servida por via férrea, aeroporto, telefone moderno, rodovia transbrasiliana, grandes silos, colégios, ginásio industrial, escola agrícola, biblioteca e museu, seminário, hospitais e o maior estádio do interior Pertencente ao Ipiranga F.C.” (COSTA, 1968, p.19).

<sup>9</sup> Na página 62, onde também aparecem fotos das obras em realização, aparece uma fotografia da praça central, com a seguinte legenda: “CINCOENTA ANOS QUE VALEM POR CEM DE PROGRESSO, é o que se pode creditar a Erechim. A foto acima é bem um atestado do que se afirma, verificando-se, na vista parcial da cidade, as suas bem largas e traçadas linhas.” (COSTA, 1968, p.62).





grande obra que a Prefeitura Municipal realiza nesse setor vendo-se o sr. Prefeito em visita a vários pontos em que se realiza o trabalho em apreço (COSTA, 1968, p. 71).

As fotografias assumem papel essencial no álbum de Erechim, embora ligadas a uma ideia de fotografia documento<sup>10</sup>. Como essa publicação não possui uma série fotográfica, como o *Guia turístico* de Passo Fundo, é difícil identificar uma espécie de narrativa visual. Para uma análise inicial, foram selecionadas as fotografias que aparecem vinculadas às transformações urbanas. Porém, cabe destacar que a dimensão visual desse álbum, como nos outros casos, não tem um papel meramente ilustrativo. Constituem elemento fundamental de sua composição, indo além da função creditada pelos editores (apenas documentar o progresso). Essa publicação em especial tem mais de 250 fotografias, de variados tamanhos e formatos (sem contar desenhos e fotos 3x4, bem como alguns elementos recortados de fotos). É um álbum onde, na maioria das vezes, o texto complementa as imagens, servindo como uma espécie de orientação para a compreensão das fotografias.

É importante considerar que os álbuns comemorativos foram produzidos com intuito de vencer o tempo, de cristalizar os respectivos imaginários das cidades a que se referem; nesse sentido são objetos ligados à memória coletiva dos grupos que representam. Resultam, e ao mesmo tempo legitimam um regime de historicidade. Projetam uma determinada visão de história, apresentam as datas, acontecimentos, lugares e personagens que devem ser homenageados e celebrados, portanto reconhecidos pela coletividade a partir de um trabalho de enquadramento da memória. Reforçam os imaginários fornecendo esquemas para interpretar o passado. Ajudam a estabelecer as datas, os fatos, para a coletividade realizar operações de classificação e seleção daquilo que deve ser considerado a memória e a história da cidade.

## Referências bibliográficas:

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

---

<sup>10</sup> Rouillé (2009, p.101) indica como uma das funções da fotografia documento a ordenação do mundo a partir a união fotografia-álbum. A fotografia nesse regime visual aparece com a função de documentar o mundo, com a possibilidade de reduzi-lo e trazer as imagens para dentro dos álbuns. As fotografias dos álbuns comemorativos analisados objetiva documentar as transformações urbanas, as elites políticas e sociais, preservando tal momento para a lembrança posterior.



- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO JR., Eurydes; CASTRO, Flavio. **Anuário de Cruz Alta em comemoração ao 128º aniversário de fundação da cidade**. Cruz Alta: 1949.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.
- COMISSARIADO DA GRANDE EXPOSIÇÃO. **Album Comemorativo do Cinquentenário da Fundação de Ijuí**. Ijuí: Livraria Serrana, 1940.
- COSTA, Israel José da. **Album oficial: cinquentenário de Erechim**. Porto Alegre: Metropole, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje?”. **História Social**. Campinas, UNICAMP, n. 3, 1996, p. 127-154.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas: Mercado de Letras: São Paulo: Fapesp, 1997.
- LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Rumo a uma “história visual”. In: MARTINS, José de Souza; et. al. (org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. São Paulo: Edusc, 2005.
- MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. **Oficina do historiador**. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 1, 2012.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães. A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, 2006, p. 143-155.
- OLIVEIRA, Pery de. **Passo Fundo Centenário Guia Turístico, Literário e Comercial**. Passo Fundo: Oficinas Gráficas do Instituto Social Pe. Berthier, 1957.
- PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a modernidade e a cidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina do; TORRESINI, Elizabeth W.R (org.). **Modernidade e urbanização no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

*Recebido em Julho de 2013.  
Aprovado em Agosto de 2013.*